

ANÁLISE TERRITORIAL: UMA PROPOSTA COM BASE NOS CONCEITOS DE ICONOGRAFIA E CIRCULAÇÃO, DE JEAN GOTTMANN

Reginaldo Lima Correia¹
Adilar Antonio Cigolini²

RESUMO

Os povos tradicionais, em particular os faxinalenses, têm em seu território o fundamento do seu modo de vida. O geógrafo Jean Gottmann (1915-1994) procurou entender as variações espaciais com base no conflito entre a circulação e as iconografias, definidas como as mudanças externas impostas ao território e as ações internas evocadas para resistir às externalidades, respectivamente. Dessa forma, este trabalho objetiva sugerir uma proposta de análise baseada nos conceitos de Iconografia e Circulação de Gottmann para a análise territorial, usando como referência o território faxinalense. O método subjacente à construção de todo texto está no entendimento da realidade como conflito, que se manifesta no encontro da circulação com as iconografias. Como resultado, tem-se que a concepção de Gottmann é um aporte teórico-metodológico que pode ser utilizado para a interpretação do território e seus conflitos.

Palavras-chave: Conflitos. Faxinais. Território. Territorialidades.

TERRITORIAL ANALYSIS: A PROPOSAL BASED ON THE CONCEPTS OF ICONOGRAPHY AND CIRCULATION, BY JEAN GOTTMANN

ABSTRACT

The traditional peoples, in particular the people from Faxinal, have in their territory the foundation of their way of life. The geographer Jean Gottmann (1915-1994) sought to understand spatial variations based on the conflict between circulation and iconographies, defined as the external changes imposed on the territory and internal actions evoked to resist externalities, respectively. Thus, this work aims to suggest an analysis proposal based on Gottmann's concepts of Iconography and Circulation for territorial analysis, using the territory of Faxinal as a reference. The method underlying the construction of the entire text lies in the understanding of reality as a conflict, which manifests itself in the encounter between circulation and iconographies. As a result, Gottmann's conception is a theoretical-methodological contribution that can be used for the interpretation of the territory and its conflicts.

¹Doutor em Geografia, Professor Adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul- UFFS, Campus de Laranjeiras do Sul e Professor Colaborador na Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais: Natureza, Sociedade e Ensino na Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR, Campus de União da Vitória. E-mail: limcorreia@gmail.com

²Doutor em Geografia. Professor Associado na Universidade Federal do Paraná. Docente do curso de graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia, nessa mesma Universidade. E-mail: adilar@ufpr.br

Key-words: Conflicts. Faxinais. Territory. Territorialities.

ANÁLISIS TERRITORIAL: UNA PROPUESTA A PARTIR DE LOS CONCEPTOS DE ICONOGRAFÍA Y CIRCULACIÓN, POR JEAN GOTTMANN

RESUMEN

Los pueblos tradicionales, en particular los de Faxinal, tienen en su territorio el fundamento de su forma de vida. El geógrafo Jean Gottmann (1915-1994) buscó comprender las variaciones espaciales a partir del conflicto entre circulación e iconografías, definidas como los cambios externos impuestos al territorio y las acciones internas evocadas para resistir las externalidades, respectivamente. Así, este trabajo tiene como objetivo sugerir una propuesta de análisis basada en los conceptos de Iconografía y Circulación de Gottmann para el análisis territorial, tomando como referencia el territorio de Faxinal. El método que subyace en la construcción de todo el texto radica en la comprensión de la realidad como conflicto, que se manifiesta en el encuentro entre circulación e iconografías. En consecuencia, la concepción de Gottmann es un aporte teórico-metodológico que puede ser utilizado para la interpretación del territorio y sus conflictos.

Palabras-clave: Conflictos. Faxinais. Territorio. Territorialidades.

INTRODUÇÃO

Para realizar a leitura espacial ou geográfica de determinado fenômeno, é necessária a escolha de um conceito, ou, como indica Haesbaert (2014), de uma constelação de conceitos que melhor se apliquem à análise desejada. Todavia, um conceito não é uma representação do real, um reflexo ou espelho de uma idealização, mas um instrumento de análise. Assim, o conceito de território evidencia a construção do espaço a partir de relações sociais e históricas, vivenciadas por meio das territorialidades, entendidas como produto das relações, das ações para controlar uma área, podendo ser, inclusive, instrumento político-estratégico, de resistências cotidianas ou coletivas, ocultas ou públicas.

O geógrafo Jean Gottmann (1915-1994) teve importante papel nos estudos territoriais, fazendo parte do chamado processo de renovação da ciência geográfica. Saquet (2013) apresenta que sua acepção é uma das principais, no salto qualitativo, referente a concepções renovadas de território. Gottmann merece destaque ainda pelas importantes contribuições para a pesquisa científica em Geografia Humana, principalmente por procurar entender o sentido das variações espaciais. Para ele, o território está sempre em movimento, numa dinâmica conflituosa, que pode ser captada pela circulação, relacionada às mudanças externas impostas

ao território, e pelas iconografias, que são características internas evocadas para resistir às externalidades.

Nesse sentido, as abordagens que concebem o território como espaço de identidade e que constroem diferentes territorialidades e identidades territoriais são importantes nos estudos sobre povos tradicionais, que resistem e demarcam suas territorialidades, como os povos faxinalenses.

Isso posto, este trabalho objetiva sugerir uma proposta de análise sob o viés dos conceitos de Iconografia e Circulação, da obra de Jean Gottmann, para a análise do território. Assim, espaços com identidades bem demarcadas e disputados por diferentes forças, como é o caso dos Faxinais, que têm um modo específico de organização territorial, podem ajudar na reflexão sobre a validade da proposta de Jean Gottmann.

Entende-se, como indica Boulineau (2008), que a grande contribuição de Gottmann é, em primeiro lugar, a leitura do espaço geográfico de acordo com uma dialética entre o movimento de divisão espacial e o da circulação. Essa divisão consiste em unidades diferenciadas e a busca pela estabilidade a fim de organizá-los politicamente. Assim, Gottmann defende a teoria que tem por base a circulação como um fator de mudança territorial, algo externo, e iconografia como sistema de resistência, interna aos territórios.

Por isso, o artigo é construído em três partes articuladas entre si, que trazem os aspectos teóricos considerados fundamentais para o entendimento da proposta. Subjacente a essas partes está o entendimento do método: sem entender a realidade como construção conflituosa não é possível elucidá-la. Isso é intrínseco à visão de Gottmann (1973) do território como disputa entre movimentos e permanências.

Para a discussão do território, territorialidade, identidade e resistência, na primeira parte do texto, utiliza-se a análise bibliográfica de autores considerados essenciais, como Raffestin (1993) Haesbaert (2004, 2014, 2017), Saquet (2013), Souza (1995), Castells (1999), Hall (2005) Scott (2002) e Cruz (2006, 2013). Para caracterizar as comunidades tradicionais, suas especificidades e conflitos, trazem-se autores como Little (2002), Ascelard (2013), Almeida (2005), Cruz (2013), Guedes (2015), Oliveira (2010), Porto- Gonçalves (2001) e Ribeiro (2012). Por fim, na terceira parte, essa proposta é demonstrada tomando como referência uma comunidade tradicional específica, os faxinais, que fazem parte de uma construção histórica e geográfica do estado do Paraná, cuja concentração encontra-se nas mesorregiões Sudeste e

Centro-sul do estado, condicionada ao quadro natural da região com a presença da Floresta com Araucárias.

Nesses territórios tradicionalmente ocupados, os povos desenvolveram um modo de vida relacionado à floresta com araucária, pastagens comunitárias e seu entorno, nos laços de solidariedade, por meio do uso comunitário da terra, combinando a apropriação privada e coletiva dos recursos naturais, exercidos de maneira livre e aberta, conforme normas específicas, definidas pelo grupo. Os faxinais são marcados pela existência de criadouros comunitários (em que a propriedade é particular), onde é praticado o extrativismo da erva-mate e do pinhão, animais são criados à solta, circulando livremente, mantidos através dos vínculos de solidariedade e compadrio, e, em alguns casos, da existência das terras de plantar, que são de apropriação familiar, onde se desenvolve a agricultura.

Os processos de modernização da agricultura, juntamente com políticas de povoamento do Paraná, provocaram uma série de transformações e conflitos no campo. Nas áreas de floresta, sob o pretexto de uma ocupação efetiva do território, justificou-se o desmatamento e, sobretudo, a expropriação dos povos de faxinais. Diante das bases materiais e ideológicas pautadas na acumulação de capital sobre as quais se desenvolveram esses processos, que redefiniram o campo, é importante compreender os territórios ocupados por povos de faxinais, procurando os diferentes tipos de resistências, sejam elas cotidianas ou coletivas, frente aos diferentes tipos de circulação que trazem as transformações, cujos encontros geram os conflitos, que podem redimensionar o território e suas identidades.

UMA REFLEXÃO FUNDAMENTAL: AS RELAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE

O conceito de território e suas variantes, como territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, territorialismos, enfim, uma gama de derivações, vem sendo utilizado na ciência geográfica, e em outras ciências sociais, para explicar diferentes dimensões do espaço, das relações sociais e com a natureza (Souza, 1995; Haesbaert, 2014), seja por meio do caráter de sua multifuncionalidade conceitual (Haesbaert, 1999) ou de sua multidimensionalidade (Fernandes, 2009).

Souza (1995) busca analisar as possibilidades do uso do conceito de território desvinculado do Estado e evidencia os processos de construção e desconstrução que acontecem nas diferentes escalas geográficas e temporais, defendendo que os territórios existem e são

construídos e desconstruídos em diversas escalas, dá mais “acanhada” à internacional, bem como em diferentes escalas temporais, variando de um caráter permanente, à existência periódica e cíclica.

Nessa perspectiva, Saquet (2013, p. 15), ao aprofundar as reflexões sobre as diferentes abordagens e concepções de território com base em autores como Gottmann (1973), Sack (1986), Raffestin (1993) e Souza (1995), que estabelecem uma discussão crítica que recoloca o conceito de território no centro das atenções da ciência geográfica, destaca quatro tendências, ou perspectivas de abordagens:

[...] a) uma, eminentemente econômica, sob o materialismo histórico e dialético, na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a terceira, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, simbólica-identitária, tratando de representações sociais, centrada na fenomenologia e; d) a última, que ganha força a partir dos anos de 1990, voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local, tentando articular, ao mesmo tempo, conhecimentos e experiências de maneira interdisciplinar.

Essas perspectivas e abordagens são indicadas por outros autores como diferentes dimensões de análise do espaço por meio do território (Haesbaert, 2004, 2014, 2017; Souza, 1995).

Haesbaert (2004) sistematiza dois polos epistemológicos para o entendimento do território: materialista e idealista. O materialista subdivide-se em três vertentes: naturalista, que interpreta o território a partir de um viés natural, ou naturalista, propondo uma concepção baseada nas relações entre sociedade e seu ambiente; a política, também denominada jurídico-política, concebe o território como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um determinado poder, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado; e econômica, que enfatiza a dimensão espacial dessas relações, que conceitua o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais. O idealista, por sua vez, identifica-se pela vertente simbólico-cultural, ou cultural(ista), que prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, na qual o território é visto como produto da apropriação e valorização de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Haesbaert (2004) ainda apresenta uma abordagem integradora, que consegue abarcar a dimensão econômica (recursos naturais e seus usos), política (relações de poder) e cultural (identidades), que coexistem e se combinam na produção do espaço e do território, ou seja, como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, e das relações de poder

num sentido amplo, ao mesmo tempo, de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).

Nesse sentido, como afirmam Candiotto e Santos (2009, p. 79), “[...] o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política [...]”, passando a ser entendido como produto e condição da territorialização, fruto espaço-temporalmente do exercício de poder de determinada classe social ou grupo.

Tal ideia é auferida de Raffestin (1993), que o entende como manifestação social do poder, fundamentada em relações sociais que, em diferentes graus, são determinadas por ações simbólicas e concretas, de modo que toda sociedade, ao delimitar um espaço de vivência no qual se organiza para dominar, transforma-o em seu território. As análises de Raffestin (1993) defendem que as relações de poder se estabelecem na escala dos sujeitos tanto na esfera material quanto na cultural e simbólica, que são as “multidimensionalidades do vivido” territorial. Em movimento dialético, constroem territorialidades situacionais e constroem-se a si mesmos.

Semelhantemente, Albagli (2004) indica que o território é suporte e produto da formação de identidades individuais e coletivas, despertando sentimentos de pertencimento e de especificidade, através de representações sociais, imagens e símbolos. Ao se formar uma identidade coletiva vinculada a um território, definem-se as relações com os outros, tendo na dimensão cultural “o fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço”, marcando uma certa ideia de diferença, ou de distinção, entre comunidades. Essa faceta simbólica pode expressar-se também em reivindicações territoriais de comunidades ou grupos sociais.

Destarte, Haesbaert (2014) propõe distintas possibilidades de se trabalhar a relação entre território e territorialidade, que vão desde a indistinção até uma completa separação; a concepção de territorialidade como mais ampla que território, até como algo mais restrito, ou seja, uma dimensão do território, passando pela abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território. Dessa forma, o autor entende que a “territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também a relações econômicas e culturais”, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias organizam o espaço e como dão significado aos lugares[...]” (Haesbaert, 2014, p.59).

Saquet (2013) contribui no sentido de apresentar a territorialidade vinculada com o viver, com as mediações simbólicas, cognitivas e práticas, em que a materialidade dos lugares

exercita o agir social, ou seja, é fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de grupos que interagem entre si, mediados pelo território. Essas mediações mudam no tempo e no espaço, pois o agir social é local, territorial, e significa territorialidade. Destaca-se, porém, que, ao mesmo tempo, elas não dependem somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas das redes que interligam os locais.

Little (2002) concebe ainda territorialidade como uma força latente de determinado grupo social, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. Logo, seu território é produto histórico de processos sociais e políticos. Do mesmo modo, para Almeida (2005), ela funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em apropriações temporárias. É estratégia para garantir a manutenção do território e passa por normas elaboradas nas práticas cotidianas, definindo-as e dando caráter de identidade àqueles que dele usufruem.

Para Haesbaert (2007), as identidades podem ser compreendidas por meio de um certo continuum, indo das mais abertas, híbridas e fluidas, até as mais rígidas e (re)essencializadas, tendo como aglutinador o território, ou seja, as identidades territoriais permitem aos povos de um determinado lugar, de alguma forma, reconhecerem-se como participantes de um espaço e sociedade comuns. Sua efetivação só ocorre quando um referencial espacial assume o papel de elemento central de identificação e é a relação territorial que possui potencial para ser ativada como instrumento de reivindicação política por intermédio das territorialidades. Assim, fica evidente que a relação território-cultura-identidade é intrínseca.

Castells (1999) entende que ela é a fonte de significado e experiência de um povo, construída no que diz respeito “de com e a partir de quê, por quem e para que isso acontece”, tendo como aporte processos históricos, geográficos, biológicos, a memória coletiva, a religião, processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que dão significados em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. A construção da identidade passa por um projeto de vida, muitas vezes, com base em identidades oprimidas. Dessa forma, muitas das que se iniciam como resistência podem resultar em projetos (Castells, 1999).

Logo, é possível uma análise geográfica da identidade pelo viés das chamadas identidades territoriais, que se configuram em relação ao passado, à memória e à imaginação, ao presente e ao entorno espacial que se vivencia, isto é, à sua dimensão geográfica, apontando para uma análise a partir da dimensão espacial: a territorial.

Assim, toda a identidade territorial é uma identidade social, definida através do território, das relações de apropriação, que se dão, sobretudo, na concretude. Trata-se de uma identidade fundamentada na sua referência a um território, tanto no sentido simbólico, quanto no concreto. Dessa forma, a identidade social é também uma identidade territorial, quando o referente simbólico central de sua construção parte, ou perpassa, o território (Haesbaert, 1999).

Todavia, o conceito de identidade é bastante complexo, compreendido como fonte de significado e experiências relacionadas com o coletivo. Por ser dinâmica, está sempre em construção, é localizada no tempo e no espaço, porém não deve ser reduzida a partir da mera diferença. É fluida, múltipla e aberta a reconstruções, podendo, inclusive, ser inventada – desde que haja certa ancoragem que lhe dê concretude. Não é nunca inocente, sobretudo quando assume um caráter estratégico e posicional, à medida em que se torna politizada (Castells, 1999; Hall, 2005; Cruz, 2006).

Para os camponeses, a exemplo dos povos de faxinais, o território representa a ocupação do espaço, a luta, o poder e, mormente, o assentamento e a conquista, em que pese não deixar de ser o espaço da conflitualidade. Assim, pensar o campo como território de diversos povos tradicionais significa compreendê-lo como espaço de vida onde se realizam todas as dimensões da existência humana e se expressam as mais diferentes geo-grafias que imprimem ali a sua marca (Fernandes, 2009).

Nesse sentido, os territórios dos povos de faxinais apresentam a conotação material no sentido de ocupação de um determinado espaço, com atividades específicas e, no sentido simbólico, a apropriação cultural com territorialidades que evocam a tradicionalidade, estabelecendo-se como margem de encontro da fronteira entre racionalidades diferenciadas. Tal fronteira está vinculada ao deslocamento ou expansão de formas modernas ou capitalista de produção. É diante desse contexto que os povos tradicionais como um todo, que já estão ocupando a terra, são capazes de resistir, tendo como base o território, que, muito mais que material, é carregado por símbolos, é o vivido.

Ao analisar os territórios dos povos de faxinais, não se podem desconsiderar os processos históricos que o constituíram (ambiente de floresta com araucárias, exploração de recursos naturais, agricultura de sustento, criação de animais à solta), bem como as relações sociais específicas (uso comunitário da terra, vínculos de solidariedade e compadrio, religiosidade), resultantes desses processos. Esse entendimento ajuda a compreender as transformações que configuram a reelaboração/reorganização de relações histórico-sociais,

criando novas características (padrões) territoriais, que, muitas vezes, entram em conflito com modos produtivos estranhos que tentam monopolizar os territórios.

RESISTÊNCIAS COTIDIANAS E COLETIVAS NA CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: OS TERRITÓRIOS FAXINALENSES

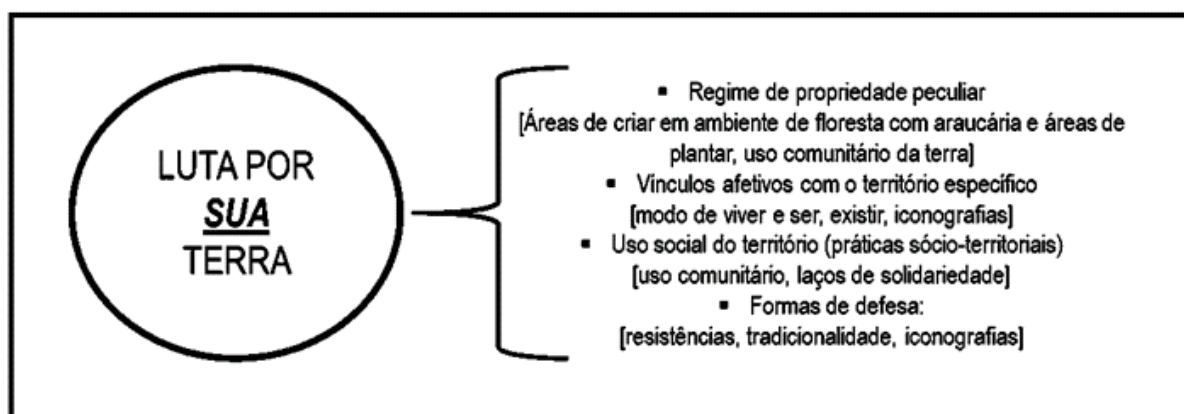
Os territórios de faxinais configuram-se de forma parecida com outros ocupados por povos tradicionais que têm como referência relações sociais, culturais, econômicas e ambientais. Estão inseridos numa profunda relação histórica com a natureza, não em um sentido determinista, mas tendo nela um potencial produtivo para o desenvolvimento de territórios únicos e diferenciados.

A configuração desses territórios é resultado de um processo histórico baseado no trabalho, na agricultura e na criação de animais à solta, o que os caracteriza por meio do uso comunitário das terras de criar e do uso individual das terras de plantar, e das terras ao entorno, configurando, assim, dentro dos próprios faxinais, duas lógicas territoriais distintas que juntas formam esse modo de vida único, em ambiente de floresta com araucária.

Diante de todo o cenário de expropriação de terras de diversos povos tradicionais, a territorialidade ganha forte sentido de luta política por direitos. O território é, ao mesmo tempo, meio de subsistência (sustento), de trabalho, produção de relações materiais e sociais, constituindo um abrigo.

Nesse sentido, como afirma Little (2002), no caso dos povos tradicionais, esse espaço é ocupado de maneira efetiva há séculos. O mesmo autor destaca elementos que marcam os lugares ocupados de forma tradicional, o que denomina de cosmografias dos territórios, ou seja, a visão de mundo que um determinado povo tem de seu território e que marcam a razão histórica que substancializa a territorialidade das populações tradicionais: regime de propriedade peculiar, vínculos afetivos com o território – o que inclui a profundidade histórica da ocupação, guardada na memória coletiva –, o uso social do território e as formas de defesa.

Para povos de faxinais, na maioria dos casos (Figura 01), a territorialidade é marcada pelo regime de propriedade, composto por duas áreas: as terras de plantar, cujo domínio é particular; as terras de criar, de propriedade privada, porém de uso coletivo, onde a circulação de animais criados à solta dá-se de forma livre, conforme acordos (combinados) preestabelecidos entre os membros do grupo.

Figura 01: Territorialidades dos povos tradicionais - caso faxinalense

Org.: Os autores (2023), com base em Little (2002).

O vínculo afetivo com o território dos faxinais dá-se mediante seu modo de viver e ser, baseado nos costumes, na tradição e na tradicionalidade. Concorde-se com Acserald (2013) que o direito, ou reivindicações, passa a ser considerado como um traço cultural e social primordial para esses povos, principalmente se analisado a partir do conceito de território preexistente ao processo de politização dessas comunidades, ancorado justamente nos usos diferenciados do espaço, com suas territorialidades. Ainda, como entende Almeida (2005), a constituição desses novos sujeitos dá-se nas e pelas lutas de afirmação de suas identidades culturais e políticas pautadas na territorialidade.

Contribuindo no entendimento do território como condensador de direitos, Cruz (2013) apresenta que esse ganhou uma dupla centralidade no contexto de lutas dos movimentos sociais na América Latina: uma analítica (de análise) e outra política (de práxis). Enquanto instrumento de análise, o território vem sendo amplamente utilizado em diferentes campos disciplinares como categoria essencial para se pensar a realidade das lutas sociais, enquanto, no campo político, ou da práxis, tem funcionado como dispositivo para o agenciamento e mobilização política, passando a fazer parte do vocabulário dos povos, principalmente, dos tradicionais.

Quanto aos povos de faxinais, o direito envolve tanto a problemática por demandas de terras e a permanência nelas por meio de um processo de regularização fundiária, que respeite o modo de vida, quanto a sua organização. Por exemplo, não existe legislação que garanta duas áreas de terras, como é o caso dos povos de faxinais, uma de plantar e outra de criar. Ao mesmo tempo, envolve a demanda por reconhecimento de seus territórios associados ao uso da terra de forma tradicional.

De maneira geral, a luta por reconhecimento de território dos povos tradicionais, na visão de Guedes (2015), estaria relacionada a reivindicações de reconhecimento perante o Estado, por meio de demarcações das terras tradicionalmente ocupadas, cujas especificidades estariam relacionadas a um processo de reconhecimento diferenciado daquilo que Oliveira (2010) chama de reforma agrária dentro de um modelo clássico. Esse reconhecimento tem como base as demandas territoriais relacionadas à afirmação da identidade, da autogestão e do controle dos recursos naturais, principalmente diante da invisibilidade que projetos de reforma agrária clássicos trariam ali.

Porto-Gonçalves (2006) recorda que o Brasil é repleto de diferentes “campesinidades”, que se criam a partir das condições diversas do ambiente, onde as comunidades vão, criativamente, amoldando-se ao que os ambientes oferecem. Logo, ao reivindicar o direito à diferença, deseja-se o direito à autonomia material e simbólica, a um território próprio, com formas próprias de produzir materialmente sua existência, mas sobretudo, o direito às particularidades, às formas de dar sentido ao mundo através de uma linguagem, dos saberes e fazeres, de uma crença e da tradicionalidade.

Desse modo, perpassa a redistribuição, e essencialmente, o reconhecimento, pois se trata da terra, dos recursos naturais, da cultura, do modo de vida. Assim, o território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória e dos saberes, acumulados historicamente.

Porém, o território não deixa de ser um campo de forças, visto que está envolto em relações de poder que causam diferentes formas de conflitos e resistências. As resistências podem ser compreendidas a partir de diferentes escalas, que perpassam as cotidianas e dos movimentos sociais. Por isso, faz-se importante esclarecer o que se compreende por resistências cotidianas e resistências coletivas.

Compreender as resistências, ou a aparente ausência delas, configura-se como um dos maiores desafios atuais para as pesquisas que têm como objetivo entender esses processos. Isso se deve às diferentes estratégias de expropriação, do avanço do capitalismo no campo e na cidade, marcado pela concorrência e pelo individualismo, que se apropria não só das atividades de trabalho, mas sobretudo, do comportamento humano, como afirma Ribeiro (2012).

Ao transpor a resistência como prática socioespacial para estudos nas áreas rurais, especialmente para áreas ocupadas por povos tradicionais, como é o caso dos faxinais, tem-se

uma via possível de compreensão das contradições do campo, com povos e comunidades tradicionais que contestam o modelo hegemônico do agronegócio, isto é, como os não dominados fizeram e fazem para resistir à monopolização do território em suas terras e territórios, ao longo das últimas décadas.

Nesse sentido, os povos de faxinais eram tidos como algo do passado, que seriam incorporados ou desapareceriam diante das frentes de acumulação capitalistas. No entanto, contrariando esses diagnósticos³, construíram novas possibilidades e outros futuros possíveis, ganhando notoriedade, visibilidade e protagonismo, constituindo-se e afirmando-se como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos relacionados a suas territorialidades e identidades territoriais.

É justamente diante de processos de avanço das frentes de acumulação capitalista e das investidas de monopolização dos territórios, como defende Oliveira (2001), que surgem as diferentes formas de resistência. Isso se deve ao fato de o território está envolto em relações de poder, com diferentes territorialidades, que geram diferentes conflitos e processos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização, mas sobretudo, processos de permanência por meio das diferentes formas de resistências.

São muitos os povos e comunidades tradicionais e camponeses que são continuamente expulsos dos seus territórios de vida, seus lugares de origem, e lançados em uma constante mobilidade e instabilidade. No entanto, essa tendência à precariedade (física, material e mental) não se realiza sem conflitos. Os povos tradicionais tornam a resistência uma dimensão obrigatória do ato de viver, ou, como afirma Porto Gonçalves (2001), ao estudar as resistências na Amazônia, um ato de r-existência das populações tradicionais, que não só lutam para resistir aos que exploram, dominam e estigmatizam, mas também por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar.

Portanto, a resistência torna-se uma prática socioterritorial, ou seja, a resistência é um ato cotidiano, uma forma de existir, pensar e agir. Dessa forma, a prática da resistência restitui, momentaneamente, a apropriação no ato de empregar espaços-tempos de uso improdutivo e de

³ A partir da década de 1980, vários órgãos estatais desenvolveram uma série de relatórios sobre os faxinais do Paraná. Pode-se indicar o relatório Chang (1888), vinculado ao Instituto Agrônomico do Paraná-IAPAR, que afirma que em 10 anos os faxinais seriam apenas mais um capítulo da história do Paraná, ficando no passado. Já Marques (2004), a serviço do Instituto Ambiental do Paraná- IAP, indicava o preeminente fim dos faxinais, ao longo dos anos.

afrontar, com frequência, normas, códigos de interditos legitimados pela propriedade privada. Nos faxinais, a resistência é por continuar criando animais de pequeno porte à solta, de preservar a carne de porco na lata, mesmo tendo geladeira, do cuidado com os animais dos vizinhos, com a troca de dias de serviço, de cultivar sementes crioulas e uma grande variedade de tipos de milho, por exemplo.

Na prática territorial da resistência há uma escala privilegiada de análise: o lugar e a vida cotidiana, ou seja, as práticas cotidianas de resistência. Na escala da vida cotidiana e do lugar, a resistência realiza-se como lei do ser, imanente a um sujeito, não como uma ideia, mas como prática, muitas vezes não visíveis (estão ocultas), como o próprio jogo de poder. Muitas práticas de resistência também são inviabilizadas por processos hegemônicos e pela ação de muitos que são expropriados (Ribeiro, 2012).

Sob essa perspectiva, concorda-se com a autora supracitada, que considera que o lugar e a vida cotidiana são onde se assentam os fundamentos de uma resistência mais ampla e onde se constroem as possibilidades de politização dessas próprias práticas, em outras escalas. Assim, aquela prática de resistência primeira, forjada no âmbito do lugar e da vida cotidiana, estende-se para uma escala mais ampla, na qual o encontro com o outro, que padece de situações de expropriação semelhantes, é fundamental para o reconhecimento, bem como para a construção de estratégias de resistência, um movimento não que não é linear, nem evolucionista.

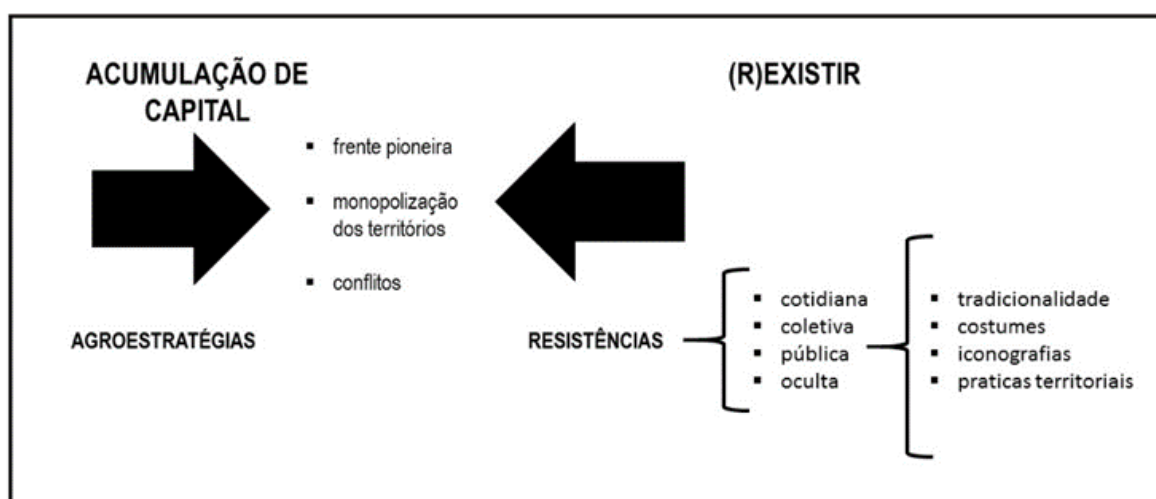
Nessa ótica, a ideia de espaço de conflito é uma tentativa de entender os momentos da prática da resistência, na qual o encontro é visto como um espaço-tempo ligado a um conteúdo social dado pelas multirrelações geradas em um processo de conflito com vários sujeitos na luta pelo território.

Por isso, não é suficiente apenas localizar os conflitos e resistências. Antes, é necessário entender como uma prática territorial impede a realização absoluta da lógica da mercadoria e o monopólio de determinados territórios, produz um território diferencial onde os sujeitos permanecem irredutíveis, apesar de continuarem em uma constante luta de vida ou morte pela apropriação do seu espaço de vida, ou seja, é necessário entender a resistência como relação que produz um território diferencial. Assim, a compreensão da prática da resistência permite aproximar e expor como a produção do território adquire centralidade no mundo e se torna uma via possível para revelar a resistência, colocando os aspectos dessas contradições em evidência.

Ao se destacarem as resistências cotidianas, não se pretende, de maneira alguma, retirar ou negar a importância da resistência coletiva, expressa na organização política dos movimentos sociais, que exerceu e exerce importante instrumento de luta por permanência na terra. Menezes (2002) lembra que é inegável a importância dos movimentos sociais na transição democrática e na conquista de direitos básicos dos camponeses, inclusive o direito de expressão política e redefinição da cultura política.

As chamadas resistências cotidianas, para Scott (2002), estão relacionadas ao território de vida, principalmente para aqueles camponeses que não participam de lutas organizadas. Essas são particularmente importantes, pois são, muitas vezes, silenciosas, baseadas na luta constante entre camponeses e grupos hegemônicos que desejam impor determinado modelo, manifestam-se com pouco planejamento, evitando confrontos mais diretos com autoridades e exercida como uma forma de autoajuda individual (Figura 02).

Figura 02: Conflitos e Resistências dos povos tradicionais: o caso dos Faxinais



Org.: Os autores (2023)

Na visão de Scott (2002), essas formas de resistências baseadas no cotidiano podem ser complementadas por outras formas de luta mais oportunas, porém, não desaparecerão enquanto estrutura social, pois são as bases sobre as quais outras formas de resistência devem ser alicerçadas e devem persistir, ou seja, a resistência coletiva passa pelas resistências cotidianas.

No entanto, é inegável o papel dos movimentos sociais nas estratégias de resistência, principalmente, os chamados novos movimentos. Cruz (2013) relata o surgimento de inúmeros movimentos sociais durante a década de 1960, que têm como pauta de luta, num primeiro plano, o debate teórico-político e outras questões como identidade, cultura, o corpo, a subjetividade.

Tais movimentos inauguram uma nova agenda, centrada na ideia de reconhecimento da diferença.

Zibech (2005) destaca que, no contexto latino-americano, esses movimentos têm forte enraizamento territorial e grande capacidade de fomentar novos modos de ação, com destaque para os movimentos sociais de indígenas, camponeses, afrodescendentes e uma diversidade de povos e comunidades tradicionais que politizam a cultura, as tradições, a identidade. São lutas por direitos territoriais, nas quais o território funciona como uma espécie de condensador de direitos. Desse modo, as lutas sociais são, sobretudo, lutas territoriais, pois o território é elemento aglutinador na luta por igualdade e reconhecimento da diferença, pelo direito à natureza, ao meio ambiente e aos recursos naturais e, conseqüentemente, por justiça ambiental. Todas se materializam no direito ao território.

Considerando as possibilidades de se entender o Sistema Faxinal por meio do território, de sua dinamicidade, da identidade territorial, das territorialidades e das resistências, propõe-se uma análise territorial partindo das concepções de iconografia (permanências) e de circulação (transformações).

ICONOGRAFIA E CIRCULAÇÃO - UMA PROPOSTA PARA UMA ANÁLISE TERRITORIAL

Para Saquet (2013), Gottmann sinaliza para uma abordagem múltipla do território, considerando as dimensões da economia, da cultura e da geopolítica, destacando o caráter político-administrativo, o uso do espaço e a fluidez do mundo moderno. Além disso, na acepção de Gottmann (1973), o território como conceito tem componentes materiais e psicológicos (psicossomáticos) ligados à vida social de grupos sociais, que organizam o espaço e estão em movimento. Isso caracteriza sua compreensão relacional e a indicação de aspectos (i)materiais na constituição do território.

A iconografia identifica o caráter distintivo e individualizante, que permite reconhecer uma comunidade e diferenciá-la de outra, pela qual o território é produto da história e se manifesta nas tradições locais e na variedade de paisagens culturais e econômicas. Portanto, a iconografia expressa-se nos hábitos, modos de vida e tradições, que podem ser conservados por gerações. Salienta-se que não são imóveis, mas dinâmicas, gerando diferentes estratificações, que evidenciam que as mudanças também podem ser introduzidas (Muscará, 2008).

As iconografias geram processos de resistência perante mudanças excessivas, que não somente agem na identidade, reforçando a coesão interna, mas protegem a comunidade também no plano territorial. Nesses casos, pode acontecer que um território, ao se sentir ameaçado, evoque as suas iconografias a fim de se proteger de mudanças exteriores (Muscará, 2008; SAQUET, 2013), uma vez que ela constitui a “âncora” comum da comunidade no território e, na falta dela, arrisca-se a um relativo declínio da unidade de coabitação (Muscará, 2008).

Assim, nos casos em que os territórios passam por tensões em relação à manutenção da cultura e da identidade(s) e as iconografias são fragilizadas, há uma tendência ao aumento dos conflitos internos, oriundos do processo de circulação, uma vez que as iconografias atuam como elemento de coesão interna e são ativadas pela cultura e identidade de um povo. Muscará (2008) lembra que ela exprime a qualidade das relações no interior de um território e forma a noção de uma vida em comum, que cria um conjunto de interesses, de hábitos e de crenças, definidas por símbolos (religiosos, políticos e sociais) inerentes a determinados grupos sociais, gerando estabilidade e resistência.

Todavia, se a iconografia é um fator unificante de certa comunidade, para compreendê-la, é necessário considerar que interage com a circulação (externo), que, para Gottmann (1975), aparece como o motor da mudança, ou seja, a circulação favorece a abertura de territórios. Nesse sentido, ela é criadora de mudanças na ordem estabelecida no território, agindo nas diferentes dimensões. Por exemplo, na ordem política e cultural, ela move pessoas, ideias; na ordem econômica, significa deslocamento de mercadorias, técnicas, capitais e mercados.

A circulação e a iconografia não estão sempre em oposição, mas os pontos nos quais se encontram geram diferentes conflitos, que, nas palavras de Gottmann (1975, p. 543):

Esse tem sido, desde tempos imemoráveis, um conflito entre circulação e “iconografia” cujos os resultados têm moldado a organização política do espaço. [...] devemos mencionar que, enquanto a circulação se estende e se intensifica e derruba as fronteiras, as mentes dos homens se reagrupam segundo a lealdade aos sistemas de signos.

Desta forma, Cigolini e Silva (2018), tomando por base os conceitos de iconografia e circulação, em conjunto como atuação conflituosa que essas categorias assumem, propõem a transposição dessa dinâmica para escala de territórios menores, como no caso estudado, da Comunidade Remanescente Quilombola de Restinga, em Lapa-PR. A aplicação desses conceitos torna-se possível pelas características inerentes a esses territórios, que buscam

reconhecimento por meio de suas identidades, traduzidas nos simbolismos e na organização territorial, fundamentais para a permanência no sistema, cultura e tradição.

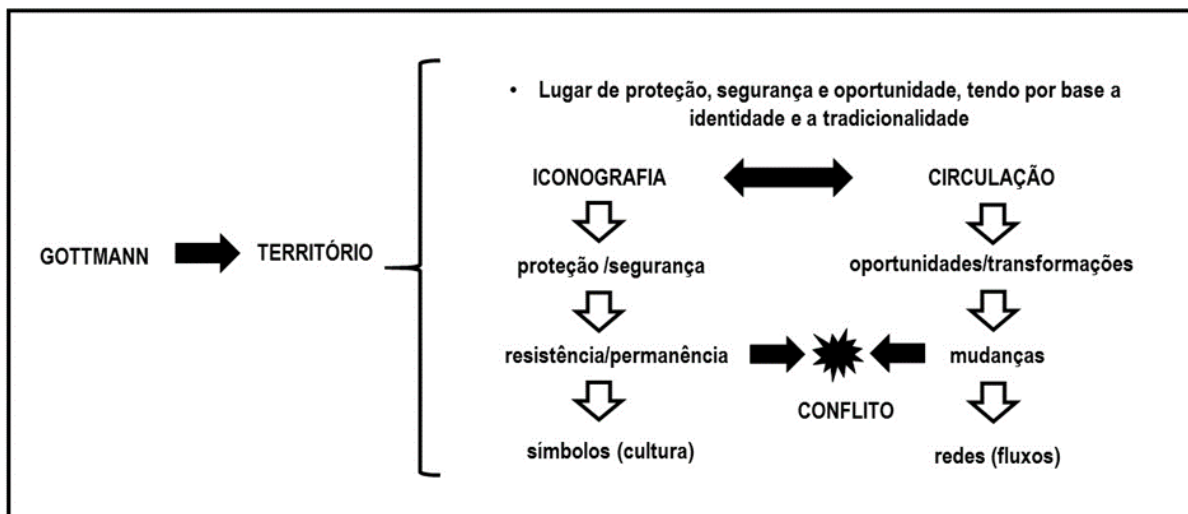
Concorda-se com Cigolini e Silva (2018) que a aplicação desses conceitos a comunidades menores, a saber, de faxinalenses, é possível por suas características comuns, que buscam reconhecimento por meio de um modo de vida próprio, traduzido em uma identidade e territorialidades que são fundamentais para manutenção da cultura e de seus territórios, ou seja, na concepção de Gottmann, as iconografias permitem a defesa, por meio das resistências, a pressões externas (circulação).

Os faxinais não são isolados, uma vez que sempre estiveram ligados, de alguma forma, a processos econômicos dominantes (erva-mate, porqueadas, madeira), mas, ao mesmo tempo, margeando as grandes propriedades. Por isso, é possível inserir a concepção de circulação como fator transformador (mudanças) desses territórios e que, na maioria das vezes, acaba chocando com iconografias (permanências), gerando conflitos e resistências.

Assim, a proposta para uma análise territorial dos faxinais (Figura 03) a partir dos conceitos de iconografia e circulação é possível em vistas a entender como essas relações acontecem no território, gerando transformações e resistências, evocadas por meio das iconografias do modo tradicional de se viver, dos laços de solidariedade e da religiosidade popular.

As iconografias (permanências) ajudam a compreender que, mesmo diante das circulações que transformam territorialmente os faxinais, resiste-se de modo a preservar práticas possíveis no território. Diante disso, faz-se importante entender: como a circulação transforma os territórios faxinalenses e as iconografias agem no sentido de permanência? Quais as formas de circulação e como essas afetam os territórios faxinalenses? Como e quais iconografias são evocadas pelos faxinalenses a fim de resistirem nos territórios?

Figura 03: Proposta de Análise Territorial dos Faxinais



Org.: Os autores (2023)

Busca-se, com esta proposta teórico metodológica, evidenciar que os territórios faxinalenses não são estáticos. Pelo contrário, estão sempre em movimento devido à circulação e se utilizam das iconografias quando o território e a territorialidade são ameaçados ou entram em conflito com as circulações. Os processos relacionados à circulação levam à tensão permanente entre a abertura e o fechamento territorial, uma vez que é necessária a abertura para novas atividades, e, ao mesmo tempo, fechar-se para outras.

Ao tomar essa proposta de entender as identidades a partir de suas formas e origens como elemento de análise dos faxinais, conforme indica Castells (1999), é possível compreender que todo o processo histórico, em que se incluem os conflitos, é fundamental para entender as identidades faxinalenses atuais. Tal processo contribui, sobretudo, para a afirmação política desses povos, a saber, suas tradições, ou seja, o projeto de vida futuro baseado na identidade faxinalense.

O território faxinalense é entendido como espaço de identidade e se revela nas crenças e atitudes. Ali, cada indivíduo manifesta-se condicionando, organizando e dinamizando de forma espacial cada território. Identidade é, aqui, entendida como conceito complexo e ambíguo, pois envolve experiências relacionadas ao coletivo e está sempre em construção. Por ser fonte de significado e experiência de um povo, tem suportes históricos, geográficos, biológicos, religiosos e da memória coletiva expressos num modo de vida tradicional, baseado

na tradicionalidade, que é dinâmica, mudando de acordo com as necessidades do grupo, que tem costumes em comum.

No caso dos faxinais, as iconografias são evocadas como instrumento de resistência frente às circulações, que agem por meio de diferentes frentes de acumulação de capital, gerando uma série de conflitos, sobretudo na apropriação social do território e da paisagem. Tais conflitos levaram os povos de faxinais a criarem diferentes formas de existir/resistência e novas territorialidades, ou seja, recriam-se a partir de um conjunto de processos transformadores do sistema, o que, não necessariamente, pode ser tomado como extinção do faxinal, mas como novas formas de organização.

É importante salientar que Iconografias e circulação não podem ser tomadas como mutuamente excludentes. Ao confrontarem-se, podem gerar novas dinâmicas, numa relação dialética. A força de cada um dos movimentos é que vai refundar o território evidenciado, que pode recusar ou estabelecer limites para as mudanças. Esses limites podem vir de ações formais ou informais, mas sempre dirigidos/potencializados pelas iconografias. Assim, embora muitas das práticas territoriais sofram mudanças mais ou menos expressivas, que podem comprometer a existência daquele território, podem, também, garantir a sua permanência, nos termos identitários do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As identidades agem como elemento de resistências e podem evocar as diferentes iconografias frente às circulações. Os conceitos de iconografia e circulação são usados pelo geógrafo Jean Gottmann (1973, 1975) para explicar as relações internas e externas dos estados-nações, colocando em discussão a relevância do simbólico (iconografias) frente aos processos de transformação (circulação). Embora os estudos de Gottmann voltem-se para as questões político-econômicas em maior escala, mostram-se eficientes também quando aplicados em uma escala menor, como desta proposta.

O exemplo dos faxinais é elucidativo no uso da proposta de Jean Gottman, uma vez que são territórios que não levam em consideração apenas os aspectos econômicos, ou do quadro natural. Antes, estão envoltos numa trama de relações sociais que incluem as identidades, territorialidades, tradicionalidades, ou seja, de iconografias fortes, que servem como resistência

à circulação, que transforma as relações internas e obrigam a um diálogo, sempre conflituoso frente aos processos transformadores,

Assim, entende-se que esta proposta teórico-metodológica é importante no sentido de buscar compreender como as circulações transformam os territórios por meio de elementos externos a esse sistema (agronegócio, madeireiros) e como os faxinalenses evocam suas iconografias, por meio de sua identidade e de práticas cotidianas que culminam com organização social, autorreconhecimento, implantação de políticas públicas, resgate de antigas práticas e redirecionamento de outras, que podem manter e construir novos padrões territoriais nessas comunidades, a fim de resistirem e permanecerem nesses territórios.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V.N. (orgs.). **Território em movimento**: Cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília, Relume Dumara, 2004, p. 25-70.

ALMEIDA, A.W.B. Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazonia. In: OLIVEIRA, A.U. MARQUES, M.I. (orgs) **O campo no século XXI**: Território da vida, de luta e de justiça social, São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2005.

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ACSELRAD, H (org.). **Cartografia Social, terra e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013, p.5-14.

BOULINEAU, E. Jean Gottmann, la politique des états et leur géographie. In: **Géocarrefour**. V. 83/1, 2008.

CANDIOTTO, L.Z.P.; SANTOS, R.A. Experiências Geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A. & SPOSITO, E.S. (orgs.). **Territórios e Territorialidades**: Teoria, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 315-340.

CASTELLS, M. **O poder da identidade** (Tradução: GERHARDT, K. B.). V.2, A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIGOLINI, A.A.; SILVA, M. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v.13, n. 1, pp. 98-118, jan./jul., 2018.

CHANG, M.Y. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988.

CRUZ, V.C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. In: **Terra Livre** Goiânia Ano 22, v. 1, n. 26 p. 63-89 Jan-Jun/2006.

CRUZ, V.C. Das lutas por redistribuição de terras às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: **Cartografia Social, terra e território**, 2013, pp. 119-176.

FERNANDES, B. M.. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GOTTMANN, J. **The significance of Territorry**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v.2, n.3, pp.523-545, 1975 (2012).

GUEDES, A.D. Fronteiras e limites entre lutas por terra e território no norte de Minas Gerais. In: SOUZA, C.F.M. et al (orgs.) **Direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais em situação de conflitos socioambientais**. Brasília: IPDMS, 2015, pp. 228-306.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: RODENDHAL, Z. & CORREA, R. L. (Orgs.) **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim do fim dos Territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. de.; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007 (a). (p. 33-56).

HAESBAERT, R. **Viver no Limite: Território e multi/territorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo, 3ª. Ed., Contexto, 2017.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LITTLE, P.E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série **Antropologia**, 322. Brasília: Departamento de Antropologia/Instituto de Ciências Sociais, 2002.

MARQUES, C. L. G. Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná. Guarapuava, 2004. 192 p. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná.

MENEZES, M.A. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência a dominação: A contribuição de James C. Scott. In: **Raízes**, Vol. 21, nº01, jan.-jun./2002, pp. 32-44.

MUSCARÀ, L. A Heurística de Jean Gottmann: um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.) **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: 1ª ed., Expressão Popular, 2008, pp. 37-55.

PORTO GONÇALVES. C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A.U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da geo-grafia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 70 – 107.

OLIVEIRA, A.U. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra (org.) **Conflitos no campo no Brasil 2010**. Goiania: CPT, pp. 55-62, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de FRANÇA, M.C. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, F.A.S. Os bastidores de uma resistência armada no campo. In: Revista Mundo do Trabalho, v. 4, n7, pp. 314-318. jan./jun., 2012.

SACK, R. Human territoriality: its theory and history. Cambridge University Press, 1986.

SAQUET. M.A. **Abordagens e concepções de território**. 3ªed.: São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCOTT, J.C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Tradução de Marilda Menezes e Lemuel Guerra. In: **Raízes**. Vol. 21, nº1, jan./jun. 2002, pp. 11-31

SOUZA. M.J.L. de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia**: Conceitos e Temas. CASTRO. I.E.; GOMES. P.C.C.; CORRÊA.RL. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995. P. 77-113.

ZIBECHI, R. De los movimientos a las organizaciones . In: ZIBECHI, R. **Política & Miseria**: Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progressitas. Pp. 51-90., 2005

Recebido em Maio de 2023

Aprovado em Fevereiro de 2024

Publicado em Agosto de 2024